

A China na Guiana: interesses geoeconômicos e disputas intra e extra-regionais

China in Guyana: geoeconomic interests and intra and extra-regional disputes

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.143658>

Wanderley dos Reis Nascimento Júnior
Universidade da Força Aérea (UNIFA), Rio de Janeiro, Brasil
wjuniores@gmail.com  

Patrícia de Oliveira Matos
Universidade da Força Aérea (UNIFA), Rio de Janeiro, Brasil
pomatos@hotmail.com  

Raísa Barbosa Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
raisabdias@gmail.com  

Resumo

Este artigo tem por objetivo elucidar os interesses geoeconômicos chineses na América Latina e Caribe (ALC), focando na atuação da China na Guiana. Apesar de sua forte tradição sindicalista e anseios anti-imperialistas, a Guiana permaneceu dependente e suscetível a interesses externos mesmo após sua independência tardia em 1966. A descoberta de reservas de petróleo na região de Essequibo pelo consórcio sino-americano, em 2015, exacerbou a disputa com a Venezuela e evidenciou os interesses da China na região. As análises sobre a Guiana são escassas, e estudos sobre a presença da China na ALC tendem a focar na substituição dos EUA pela potência asiática. Este artigo busca sanar essa lacuna e apresentar uma perspectiva contrária à ideia de substituição de hegemonias. A análise é realizada por meio de revisão bibliográfica e coleta de informações em bases como AidData, American Enterprise Institute, FMI, SIPRI e Trade Map. Defende-se que a simbiose financeira entre empresas ocidentais e chinesas na Guiana refuta o argumento de disputa geoeconômica de soma zero entre EUA e China, demonstrando um jogo geoeconômico de soma positiva no país sul-americano.

Palavras-chave: Essequibo; Guiana; China; América Latina e Caribe; Geoeconomia.

Abstract

This article aims to elucidate China's geoeconomic interests in Latin America and the Caribbean (LAC), focusing on China's activities in Guyana. Despite its strong trade union tradition and anti-imperialist aspirations, Guyana has remained dependent and susceptible to external interests even after its late independence in 1966. The discovery of oil reserves in the Essequibo region by a Sino-American consortium in 2015 exacerbated the dispute with Venezuela and highlighted China's interests in the region. Analyses concerning Guyana are scarce, and studies on China's presence in LAC tend to focus on the substitution of the United States by the Asian power. This article seeks to address this gap and present a perspective contrary to the idea of hegemonic substitution. The analysis is conducted through bibliographic review and data collection from sources such as AidData, the American Enterprise Institute, the IMF, SIPRI, and Trade Map. It argues that the financial symbiosis between Western and Chinese companies in Guyana refutes the zero-sum geoeconomic competition narrative between the United States and China, demonstrating a positive-sum geoeconomic game in the South American country.

Keywords: Essequibo; Guyana; China; Latin America and the Caribbean; Geoeconomic.

Recebido: 30 Outubro 2024
Aceito: 19 Março 2025

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Em três de dezembro de 2023, a Venezuela anunciou a “*abrumadora victoria*” a favor da criação do estado da Guayana Esequiba no chamado “Referendo Consultivo por la Defensa del Esequibo” (LEÓN, 2023). O referendo intensificou a disputa territorial entre o país e a vizinha Guiana, que administra a região de Essequibo como parte de seu território desde sua independência em 1966. Seis dias depois, o Secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, conversou com o presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, para reafirmar o apoio inabalável dos Estados Unidos da América (EUA) à soberania da Guiana fazendo um apelo para que as partes respeitem a sentença arbitral fronteiriça de 1899, até que cheguem a um novo acordo ou um órgão competente decida o contrário (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2023). No mesmo dia, o Ministro de Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, ao tratar sobre a questão em conferência de imprensa, declarou que Venezuela e Guiana são boas amigas da China e exortou uma resolução adequada da questão por meio de consultas amigáveis (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2023).

Desde o final do século XX, a exploração de petróleo e gás na Guiana tem sido conduzida pela ExxonMobil, dos EUA. Em 2008, essa atuação foi ampliada com a formação de um consórcio liderado pela própria ExxonMobil, em parceria com a também estadunidense Hess Corp (30%) e a estatal chinesa China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) (25%). Em 2015, o consórcio anunciou a primeira descoberta comercialmente viável no poço Liza, localizado no Bloco Stabroek, uma área de extração de petróleo offshore situada nas águas continentais da região de Essequibo. Desde então, mais de quatorze poços adicionais foram identificados, elevando as reservas estimadas para aproximadamente 11 bilhões de barris de petróleo (EXXONMOBIL, 2024). A cooperação entre empresas petrolíferas dos EUA e da China no Bloco Stabroek sugere um alinhamento pragmático de interesses, desafiando a noção de um embate geoeconômico excludente entre as duas potências.

Parte da literatura (BERG, 2021; MCDONALD, 2022; ELLIS *et al.*, 2024) sustenta que a crescente presença da China na América Latina e no Caribe (ALC) configura um jogo de soma zero, ao desafiar a hegemonia dos EUA na região. No entanto, o contexto de intensificação das tensões entre um dos principais parceiros regionais da China – a Venezuela – e a Guiana abre espaço para uma reavaliação desse fenômeno. Diante disso, questiona-se: como se configuram os interesses geoeconômicos da China na Guiana após a descoberta de petróleo na região de Essequibo?

Para responder a esse problema de pesquisa, partimos da hipótese de que a simbiose financeira entre empresas ocidentais e chinesas na Guiana, particularmente na área de Essequibo, refuta a noção de um embate geoeconômico excludente entre EUA e China. Em vez disso, sugere-se a configuração de um jogo de soma positiva, no qual ambas as potências compartilham interesses econômicos por meio da participação de suas empresas petrolíferas no setor energético guianense.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia do país triplicou de tamanho desde o início da extração de petróleo (final de 2019), e a produção está aumentando rapidamente, apoiando o maior crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), dentre todos os países, em 2022 (62,3%) (FMI, 2024). O litígio territorial inseriu, portanto, a questão no jogo de disputas geoeconômicas entre EUA e China na América Latina e Caribe (ALC). Enquanto disputas geopolíticas significam uma contenda territorial de soma zero em seus aspectos político-militares da relação entre Estados, disputas geoeconômicas, no contexto do século XXI, podem ser diferenciadas em dois tipos: competição político-econômica exclusivamente de soma zero (*hard geoeconomics*) ou uma combinação de relações de soma zero e soma positiva (*soft geoeconomics*) (BUZAN; LAWSON, 2014).

Esse cenário abre espaço para avançar, para além da relação EUA, Venezuela e Guiana (PADULA *et al.*, 2023), com os estudos que buscam entender a atuação da China na região e, especificamente, na Guiana (TOMA-GARCIA, 2024). Assim, este artigo tem por objetivo elucidar os interesses geoeconômicos chineses na ALC tendo como foco específico a atuação da China na Guiana.

A Guiana, que possui como língua oficial o inglês, fica localizada no norte da América do Sul e se limita a oeste com a Venezuela, a leste com Suriname e ao sul com o Brasil, principalmente com o estado de Roraima. Com cerca de 215.000 km² de extensão, possuía uma população de cerca de 805 mil habitantes em 2021 (FMI, 2024).

Neste artigo, realizamos uma análise estrutural e conjuntural dividida em três seções, fundamentada em uma metodologia que combina revisão bibliográfica, pesquisa documental e coleta sistemática de dados em bases renomadas. Os dados econômicos foram obtidos no Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto as informações sobre orçamento militar foram extraídas do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Para a análise do comércio exterior, utilizamos dados de exportações e importações do *Trade Map*. As informações sobre investimentos chineses na Guiana foram coletadas no American Enterprise Institute, e os dados referentes à ajuda internacional para o desenvolvimento foram obtidos no AidData.

Após esta introdução, a primeira seção examina as transformações na ordem internacional no século XXI, destacando os elementos teóricos que sustentam a tese de uma transição de ordem global (FIORI, 1997, 2009; KUPCHAN, 2012; BUZAN; LAWSON, 2014; ELE; FENG, 2022). Além disso, são discutidas abordagens que interpretam essa mudança como um jogo de soma zero, argumentando que a crescente presença da China representa uma ameaça direta à hegemonia dos EUA (BERG, 2021; MCDONALD, 2022; ELLIS *et al.*, 2024). Na segunda seção, são problematizados aspectos geopolíticos e econômicos, como aqueles relacionados aos litígios fronteiriços pendentes, às recentes descobertas petrolíferas e às perspectivas para o desenvolvimento da Guiana. Na terceira seção, apresentamos, por meio da literatura e dos dados coletados, a atuação da China na ALC tendo como ênfase sua relação com a Guiana. E, por fim, são evidenciadas as considerações finais do trabalho.

Mudanças na ordem internacional: um marco teórico

O fim do sistema Bretton Woods e a crise do petróleo na década de 1970 foi uma dura e profunda crise econômica na qual se aventou a “crise da hegemonia americana” (FIORI, 1997). Surgiram, nesse contexto, discussões visando: “esclarecer o processo de nascimento, estabilização e declínio das sucessivas “ordens político-econômicas mundiais” e explicar por que alguns países conseguem impor e depois perder a supremacia mundial” (FIORI, 2000). Desde então a literatura se debruçou sobre as questões chamadas de “transições hegemônicas”.

Fiori (2009) argumenta que, no século XXI, o sistema mundial passou por cinco transformações estruturais: a multiplicação de Estados independentes desde 1945, a formação de um eixo sino-americano na economia global, o papel central e “periferizador” da China no mercado mundial, a crescente fragilidade do sistema monetário baseado no dólar e a emergência de uma competição geopolítica entre EUA e China.

Charles Kupchan (2012), em seu livro “No One’s World”, apresentou o declínio da primazia do Ocidente analisando o que chamou de forças e padrões históricos profundos que vão desde as bases da “ascensão do Ocidente” até a chamada “ascensão do resto” a fim de buscar uma visão panorâmica do fenômeno. Buzan e Lawson (2014) disseram que as mudanças vivenciadas pelo SI, com o advento do século XXI, apontam para o surgimento do que chamaram de “globalismo descentrado”. O mundo do globalismo descentralizado terá várias grandes potências e muitas potências regionais, mas não terá superpotências.

A pandemia da COVID-19 e a guerra Ucrânia-Rússia complexificou ainda mais esse cenário indicando uma possível transição de ordem especialmente na região Indo-Pacífico que é, de acordo com Ele e Feng (2022), o melhor e o pior dos tempos, e o momento mais desafiador para acadêmicos e líderes políticos. A literatura, portanto, por trabalhar com premissas epistemológicas e teóricas distintas, não tem sido consensual a respeito da forma como o mundo está se alterando. Entretanto, os autores coincidem que o advento do século XXI apresentou mudanças importantes no sistema internacional marcado especialmente pela ascensão chinesa.

Quanto à relação entre essas mudanças e seus impactos para a ALC, Song (2024, p. 41, tradução nossa) esclareceu que a ALC “pode se tornar um campo de batalha significativo no jogo de soma zero entre China e EUA, especialmente em setores estratégicos como o de energia”. Antecipando essa perspectiva, alguns autores (BERG, 2021; MCDONALD, 2022; ELLIS *et al.*, 2024) têm argumentado, com ênfase no caso venezuelano, que esse jogo de soma zero já está em curso, uma vez que a crescente presença da China ameaça a hegemonia dos EUA em seu tradicional “quintal”.

A ascensão da Ásia-Pacífico como novo centro econômico, impulsionada pelo crescimento de potências emergentes, desafia a hegemonia tradicional do Ocidente. Paralelamente, a influência crescente de atores não estatais, como corporações multinacionais e ONGs, vem promovendo transformações geopolíticas significativas. Esse realinhamento das dinâmicas de poder acelera a transição para um sistema multipolar e policêntrico, no qual novas ameaças e riscos transnacionais redefinem as relações internacionais. No entanto, dada a complexidade do cenário atual, é essencial cautela ao interpretar essas mudanças, evitando anacronismos que possam obscurecer as especificidades da conjuntura contemporânea. É nesse cenário que nossa análise acerca do nível internacional se insere, uma vez que as questões relacionadas às mudanças na ordem internacional têm implicações diretas para as políticas externas de todos os países especialmente no Sul Global.

A Política Externa da Guiana frente a atores externos

Segundo Visentini (2010), a sobrevivência econômica e a integridade territorial dos territórios da Guiana e do Suriname têm estado associadas à tutela de atores externos. Nesse sentido, a literatura tem apontado a influência dos atores estrangeiros na Guiana em quatro fases. A primeira, de 1966 a 1970, quando a Guiana já é um Estado independente, e pertencente à Comunidade Britânica, nessa fase há uma aproximação com os EUA. Na segunda, de 1970 a 1985 há a formação da República Cooperativa da Guiana e uma política externa de país não alinhado, com a aproximação à União Soviética, China e Cuba. A terceira fase, de 1985 a 1999 reflete o fim do estado socialista, a reaproximação com os EUA e o aumento da dependência econômica externa. Já na quarta fase, a partir dos anos 2000, há uma aproximação com o continente sul-americano a partir de iniciativas como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (CHAVES *et al.*, 2016).

Lima (2011) aponta uma aproximação entre o Brasil e a Guiana durante o primeiro governo Lula (2003-2006). Porém, para o autor, o “Brasil chegou atrasado” diante da presença de outros países como China, Índia e Rússia com poder de influência em áreas estratégicas. Nesse sentido, Lima (2011) afirma que o Brasil poderia se beneficiar a partir de sua geografia favorável e incluir a Guiana e o Caribe em seu espaço de influência, mesmo com as atenções diplomáticas da Guiana mais voltadas para o hemisfério norte e para o Caribe do que para a América do Sul. Isto se vê evidenciado a partir do fato de que a própria sede da Comunidade do Caribe (CARICOM) se encontra em Georgetown (ABDUL-HAK, 2013) e seu sistema de defesa esteve mais próximo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) do que do antigo Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2016).

A partir de 2015, uma nova fase pode ser incorporada às outras quatro apresentadas por Chaves *et al.* (2016). Esta quinta etapa se inicia após as descobertas de petróleo em 2015, com os atuais interesses de empresas estrangeiras petrolíferas e investimentos estrangeiros especialmente da China e dos EUA.

Assim, nesta quinta fase, torna-se evidente não apenas a presença de atores externos, mas também sua instrumentalização pelas elites governantes da Guiana. Estas têm recorrido ativamente a circuitos de territorialização geoeconômica, concedendo a empresas transnacionais áreas disputadas, especialmente pela Venezuela, para a exploração de recursos naturais. A partir do estudo apresentado por Toma-Garcia (2024) é possível constatar que dos 18 Investimentos Estrangeiros Diretos realizados pela China na Guiana, desde 1999, 9 estão na região do Essequibo.

Nesse contexto de concessão de territórios em disputa a corporações estrangeiras, inclusive sino-americanas, a proposição da literatura (PADULA *et al.*, 2023) de que na visão estratégica dos Estados Unidos, os interesses americanos

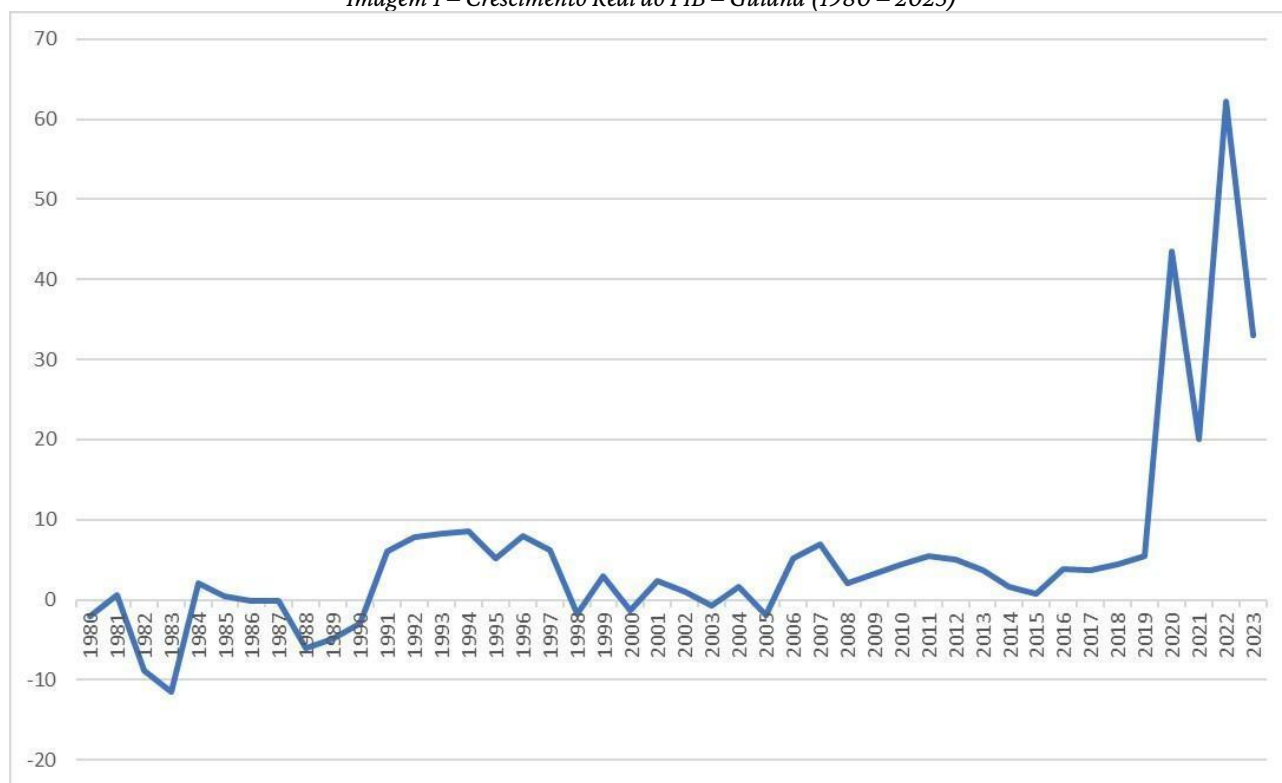
na Guiana, especialmente em relação aos recursos energéticos e à sua posição geopolítica, seriam incompatíveis com a presença econômica ou política de potências externas é desafiada. Assim, é preciso entender além da crescente presença chinesa na Guiana, os aspectos econômicos e geopolíticos do país nesta quinta etapa.

Aspectos econômicos

A Guiana ainda apresenta o segundo menor PIB da América do Sul, se sobressaindo apenas em relação ao Suriname (FMI, 2024), apesar do intenso crescimento registrado como resultado da exploração das recentes descobertas de petróleo.

Mesmo com a pandemia da COVID-19, a Guiana foi uma das poucas nações a alcançar um aumento exponencial do PIB em 2020, com crescimento real de 43%, decorrente das descobertas e exploração de reservas equivalentes a bilhões de barris de petróleo no litoral do país, no mar do Caribe. Esse crescimento se manteve acelerado nos anos seguintes: 62,3% em 2022 e 33% em 2023 (FMI, 2024), conforme a Imagem 1.

Imagem 1 – Crescimento Real do PIB – Guiana (1980 – 2023)



Fonte: elaboração própria com base em FMI (2024)

O Global Edge (2022) identifica como forças da Guiana suas reservas *offshore* de petróleo, atratividade para investimentos em mineração, energia e agricultura, além de sua participação na CARICOM. Entre as vulnerabilidades, destacam-se a dependência de recursos naturais, infraestrutura precária, baixa qualificação da força de trabalho, eventos climáticos extremos, dependência de credores internacionais e alta criminalidade.

As recentes descobertas de petróleo trazem novas perspectivas para a Guiana. Segundo a ExxonMobil (EXXONMOBIL, 2024), as companhias petrolíferas encontraram mais de dez bilhões de barris de prováveis reservas de petróleo e gás acessíveis. A produção começou em 2019 e está aumentando rapidamente.

Contudo, o país não possui uma empresa petrolífera nacional e nem mesmo uma refinaria, e a Guiana se mantém dependente da atuação das companhias multinacionais estrangeiras. Assim, os atores extra-regionais se fazem presentes por meio da principal empresa operadora, a norte-americana ExxonMobil, que tem como sócias a Hess Corp. dos EUA

(30%) e a chinesa CNOOC (25%), que já atuava na exploração de petróleo e gás na Guiana desde 2008.

Essas descobertas poderão trazer benefícios se o país realizar um planejamento adequado da utilização dos recursos do petróleo para dinamizar seu mercado interno produtor e consumidor. Ainda como perspectivas, o crescimento do país poderá ser impulsionado por investimentos públicos e privados em projetos de infraestrutura relacionados à atividade petrolífera, incluindo estradas, telecomunicações e instalações elétricas.

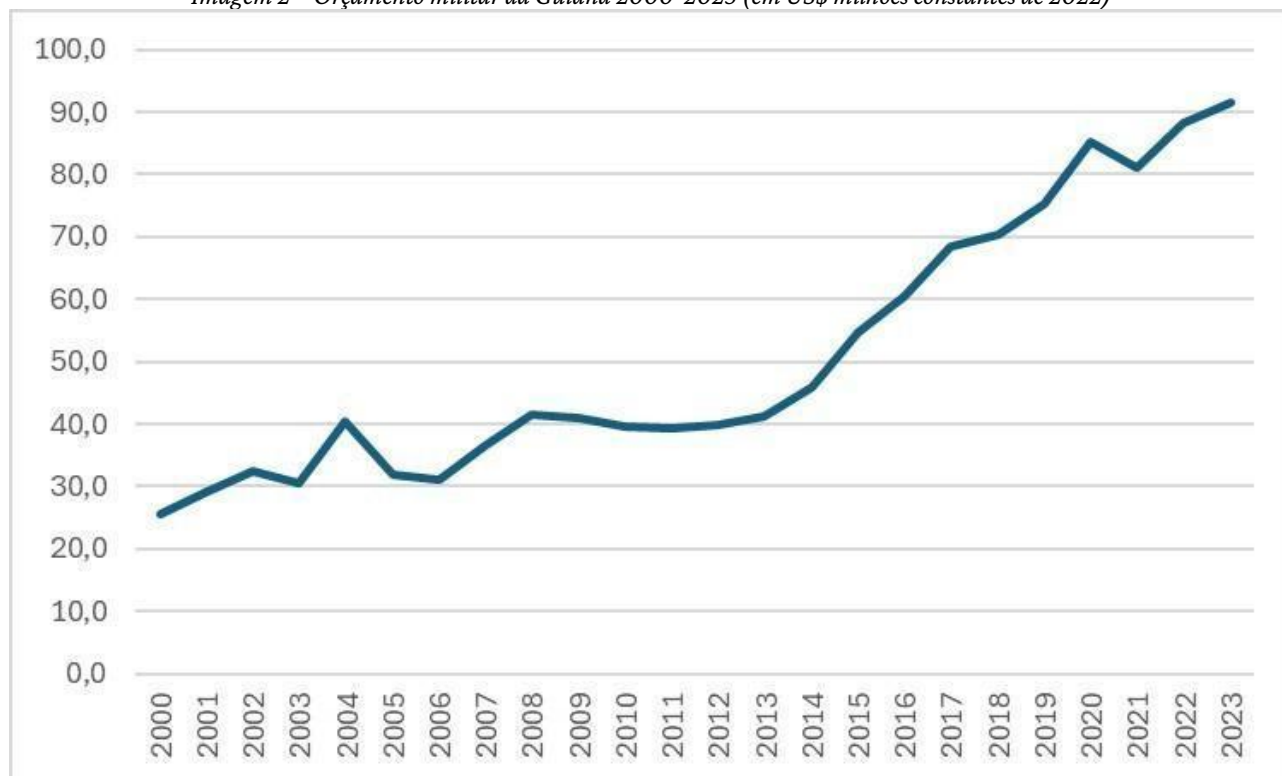
Aspectos geopolíticos

A Guiana não conta com uma Política Nacional de Defesa, ministérios militares ou Forças Singulares. Sua defesa nacional é realizada pela Guyana Defence Force (GDF) que possuía um efetivo de 3.400 militares em 2024 e está focada no controle de fronteiras, ações de segurança e assistência civil (THE MILITARY BALANCE, 2024).

Segundo Abdul-Hak (2013), na Guiana houve o crescente uso da GDF na manutenção da segurança pública, principalmente em ações de combate a ilícitos nacionais e transnacionais. Ainda conforme a autora, os EUA são a principal fonte de equipamento militar, recursos financeiros, apoio logístico e treinamento das forças da Guiana. Apesar disso, os dados apresentados por Ellis (2021) têm evidenciado um crescente interesse chinês em fornecer apoio militar por meio da doação de equipamentos.

Desde 2015, com as descobertas de petróleo na região de Essequibo e o retorno de tensões com a Venezuela, é possível observar uma elevação dos gastos militares da Guiana, conforme a Imagem 2.

Imagem 2 – Orçamento militar da Guiana 2000-2023 (em US\$ milhões constantes de 2022)



Fonte: elaboração própria com base em SIPRI (2024)

A América do Sul se divide em dois subcomplexos regionais de segurança: o Cone Sul, com Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai; e o Andino, com Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Deste modo, a Guiana e o Suriname não chegariam a formar um subcomplexo próprio na região, e tampouco integrar o subcomplexo andino, o que seria revelador de uma reduzida articulação com os outros países da América do Sul (ABDUL-HAK, 2013). Esta situação leva a um “vácuo geopolítico” nas Guianas o que, por sua vez, amplia a presença dos EUA na região.

A Guiana possui questões territoriais pendentes com a Venezuela e o Suriname. Em relação à Venezuela, há a reivindicação da região de Essequibo, que se localiza no atual território da Guiana (e que abrange cerca de dois terços do território guianense). Por parte do Suriname reivindica-se a área do triângulo do *New River*, que teria sido concedida a Georgetown em 1936 (ABDUL-HAK, 2013). O Suriname reivindica a soberania da região localizada entre o Rio Corentyne, o Rio Novo e a fronteira com o Brasil, e o conflito territorial ainda não foi solucionado (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2016).

Em relação à questão Essequibo, o interesse venezuelano estaria relacionado à resistência em aceitar que empresas petrolíferas multinacionais se instalem na área, inclusive no mar territorial região na qual está situado o Bloco de Stabroek, para prospectar ou explorar jazidas de hidrocarbonetos (ABDUL-HAK, 2013).

De acordo com Visentini (2010), a independência da Guiana propiciou a retomada das ambições venezuelanas sobre a região de Essequibo, uma vez que “não teria mais de tratar com a poderosa Inglaterra”.

Segundo Chaves *et al.* (2016) a decisão conhecida como Laudo de 1899, é questionada pela Venezuela, pois haveria convergências políticas entre a Inglaterra e EUA (mediador do conflito), que teriam gerado uma decisão favorável ao país britânico no século XIX.

Em 1962, a Venezuela tentou rever esse acordo de fronteira de 1899, porém encontrou-se isolada internacionalmente e, acabou por firmar o Protocolo de Port of Spain, que gerou uma trégua de vinte anos para o litígio. Contudo, em 1982, a Venezuela optou por não renovar o Protocolo. Coube ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definir a nova modalidade de gestão do litígio e, em 1989, houve iniciativa da ONU voltada para a solução diplomática da questão de Essequibo (DESIDARÁ NETO, 2012).

A questão, contudo, segue pendente. Em 2018, houve o aumento da tensão entre os dois países, de tal modo que o Brasil teve que se posicionar contra uma possível invasão à Guiana pela Venezuela.

Por fim, em dezembro de 2023, a Venezuela anunciou a criação de uma província venezuelana, a Guiana Essequiba, no “Referendo Consultivo por la Defensa del Esequibo” (LEÓN, 2023), aprovado por 95% dos eleitores que foram às urnas. O referendo acirrou a disputa territorial entre os países e elevou a tensão na região, com o Ministro das Relações Exteriores da Guiana advertindo que o país não aceitará a anexação ou ocupação de qualquer parte de seu território. Embora o acirramento da disputa por Essequibo resulte em grande parte dos interesses da exploração de petróleo na região, os atores externos vinculados ao principal consórcio petrolífero (o ExxonMobil que tem como sócios EUA e China) defenderam a resolução soberana entre os Estados envolvidos. Esses eventos evidenciam que a presença desses atores externos deve ser mais bem avaliada.

A China na América Latina e Caribe: a singularidade da Guiana

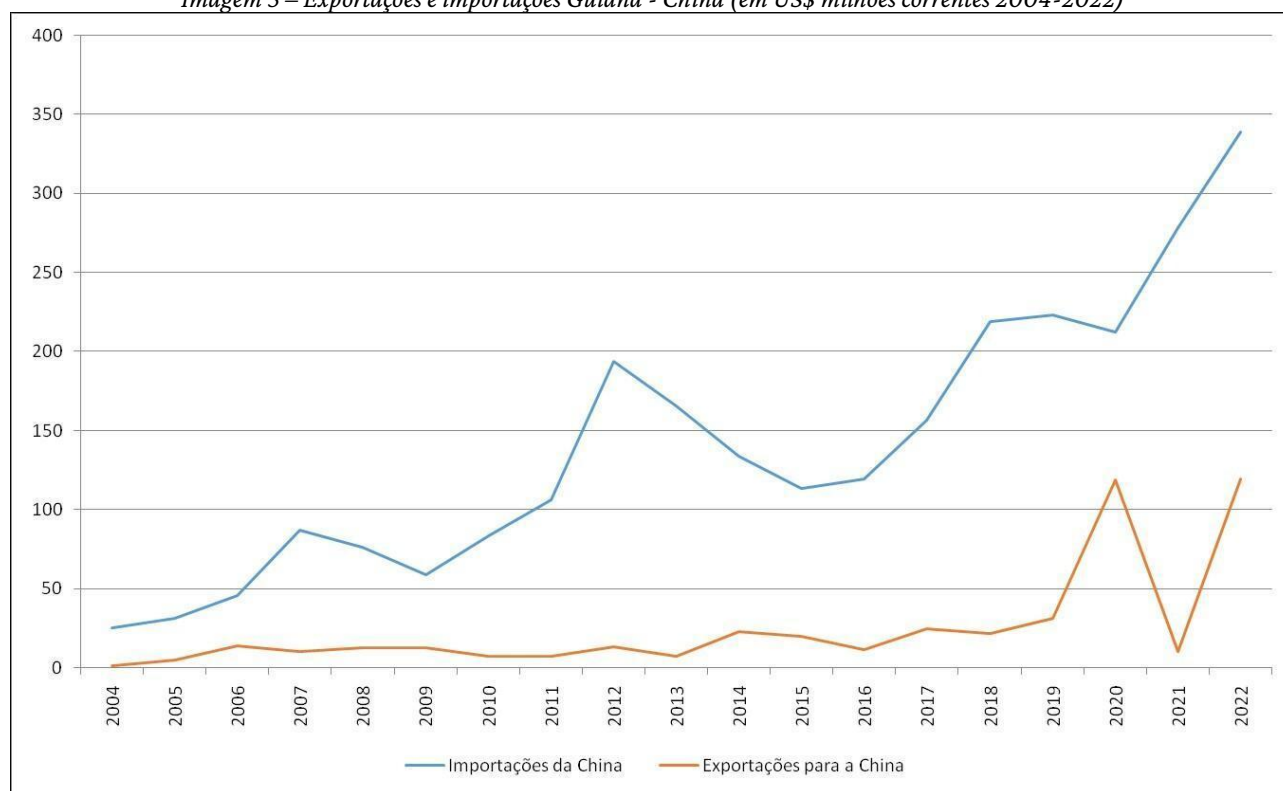
Desde o início dos anos 1980, a taxa de crescimento anual da China foi de 10% ao ano. A ascensão chinesa que possibilitou o *boom* dos preços das *commodities* foi influenciada pela adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o que permitiu o incremento de suas importações, uma vez que sua incorporação à instituição possibilitou reduções de tarifas protecionistas (GALLAGHER, 2016).

O comércio entre a China e a ALC se intensificou nas duas primeiras décadas do século XXI, com um crescimento significativo das exportações chinesas para a região, que passaram de 0,7% do PIB da ALC em 2002 para 4,6% em 2022. Em contrapartida, as exportações da ALC para a China aumentaram em ritmo mais lento, de 0,4% para 3,2% no mesmo período, resultando em um déficit comercial persistente e crescente para a ALC, que passou de -0,3% para -1,4% (ALBRIGHT; RAY; LIU, 2023).

Enquanto na ALC, como um todo, as importações da China, a partir de 2009, cresceram *pari passu* com as exportações, no caso da Guiana isso não foi percebido, conforme a Imagem 3. É possível perceber que o *timing* do

crescimento das exportações é tardio, se comparado à região como um todo. O crescimento das exportações da Guiana para a China ocorre principalmente a partir das descobertas de petróleo e seu processo de extração.

Imagem 3 – Exportações e importações Guiana - China (em US\$ milhões correntes 2004-2022)



Fonte: elaboração própria com base em Trade Map (2024).

Os dados evidenciam que, em 2020, ano no qual as exportações da Guiana para a China chegaram a 118 milhões de dólares, a categoria de “Combustíveis minerais” representou 85% desse total. Antes desse ano, essa categoria representava 0% das exportações para o país asiático (TRADE MAP, 2024).

Os principais produtos importados da ALC pela China, entre 2011 e 2023, foram soja e outras sementes oleaginosas, minério de ferro e concentrados, petróleo bruto e cobre (TRADE MAP, 2024). Na ALC, enquanto as relações econômicas e comerciais se intensificaram, as relações político-estratégicas caminharam em menor intensidade pelo menos até a ascensão do presidente Xi Jinping, em 2013. Yu (2015) defende que a aproximação entre o país asiático e a região não teve, inicialmente, foco em cooperação político-estratégica, pois o país evitava ofender os EUA se intrometendo em seu ‘quintal’.

De acordo com o autor, desde que Deng Xiaoping empreendeu a reforma de mercado da China no final de 1978, há um consenso político e acadêmico de que o relacionamento do país com os EUA está no cerne de suas relações externas, em especial no processo de modernização chinês. Assim, qualquer coisa que seja considerada prejudicial à estabilidade dessas relações será, na maioria das vezes, sacrificada a esse relacionamento bilateral essencial exceto quando os interesses centrais da China, como soberania e integridade territorial, estejam ameaçados (YU, 2015).

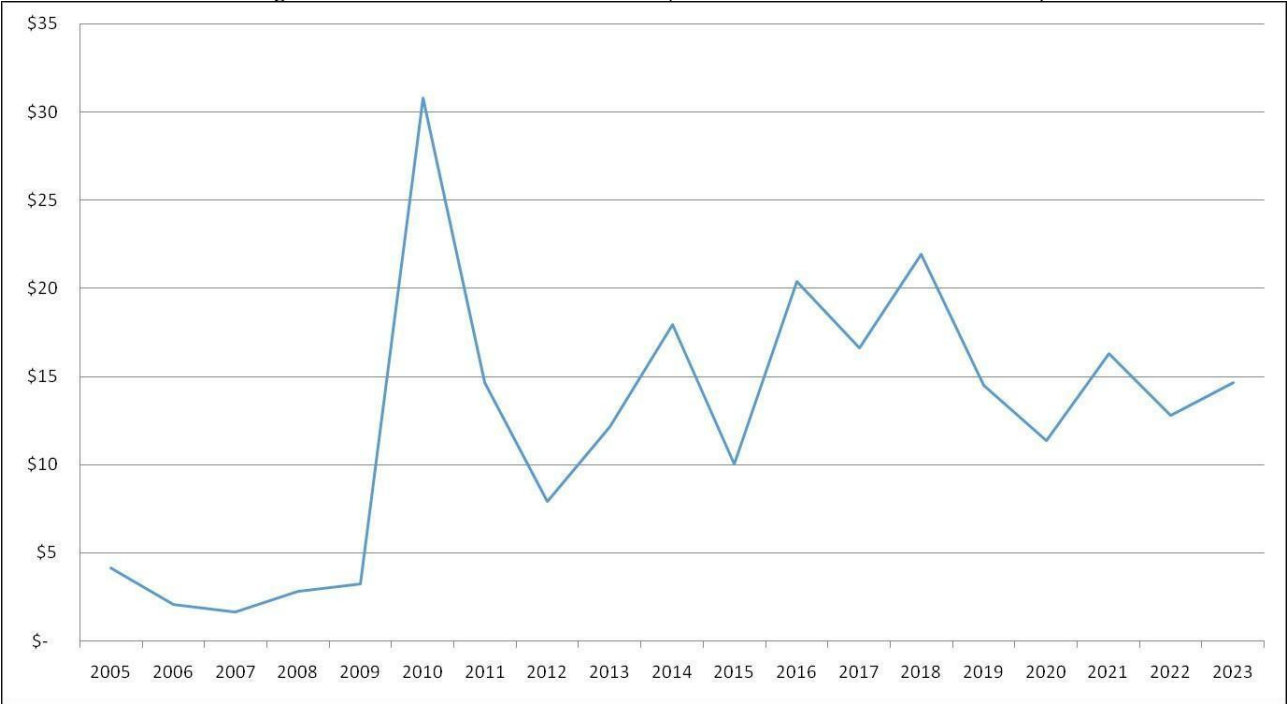
É apenas no governo Xi Jinping (2013-atual) que esses esforços de intensificação das relações político-estratégicas China-ALC ganham expressividade. Embora Jinping tenha conferido maior importância a esse aspecto que seus antecessores, evidência demonstrada não apenas pelas frequentes visitas de cúpulas, mas pela proposição de fóruns de cooperação, como, por exemplo, a concretização do Fórum China-CELAC, em 2015 (YU, 2015). O Fórum China-CELAC, inicialmente concebido como uma instituição multilateral, evoluiu para um sistema regional do tipo “hub-and-spoke”, no

qual a China ocupa uma posição central, facilitando sua liderança e a promoção de sua agenda internacional diante de outras grandes potências (CHEN, 2021).

Em 2008, o governo chinês publicou seu primeiro documento de política para a América Latina e o Caribe, intitulado “China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean”, no qual se propôs a fortalecer a cooperação com a região nos campos: político, econômico, cultural, social, ambiental e sobre paz, segurança e assuntos judiciais com cooperação militar, judicial e de inteligência (THE STATE COUNCIL, 2008).

Esse fortalecimento da cooperação econômica, desde as proposições dos *policy papers* de 2008, que foram atualizadas em 2016, pode ser percebido a partir do banco de dados do American Enterprise Institute (SCISSORS, 2024) que aponta que, entre 2005 e 2023, os investimentos chineses na ALC chegaram ao total de 236 bilhões de dólares, conforme trajetória demonstrada na Imagem 4.

Imagem 4 – Investimentos chineses na ALC (em US\$ bilhões correntes 2005-2023)



Fonte: elaboração própria com base em Scissors (2024).

Setores como o de energia, minerais e transportes concentram a maioria dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) do país asiático na região latino-americana (SCISSORS, 2024). Em consonância com o que ocorreu na região, o principal setor de investimento chinês na Guiana é o de energia, mas, também, houve importantes valores investidos nos setores de mineração e transportes, conforme o Quadro 1. É interessante perceber o salto de investimentos chineses na Guiana dado após 2015, ano de descobrimento das reservas de petróleo.

Quadro 1 – Investimentos chineses na Guiana (2005-2023)

Ano	Investidor	Valor em milhões (US\$)	Sócio na transação	Setor
2009	China National Machinery Industry (Sinomach)	170	Guyana Sugar Corporation (GUYSUCO)	Agricultura
2011	China Communications Construction	140	-	Transporte

2012	<i>Bosai Minerals</i>	100	-	Mineração
2012	<i>China Railway Engineering</i>	510	<i>Sithe Global</i>	Energia
2018	<i>China Communications Construction</i>	100	-	Turismo
2018	<i>China National Off-shore Oil (CNOOC)</i>	930	<i>Exxon</i>	Energia
2019	<i>China National Off-shore Oil (CNOOC)</i>	1.400	<i>Exxon and Hess</i>	Energia
2020	<i>Zijin Mining</i>	240	<i>Guyana Goldfields</i>	Mineração
2020	<i>China National Off-shore Oil (CNOOC)</i>	2.080	-	Energia
2021	<i>Power Construction Corp. (PowerChina)</i>	260	-	Mineração
2022	<i>China National Off-shore Oil (CNOOC)</i>	530	-	Energia
2022	<i>China Railway Construction</i>	260	-	Transporte
2022	<i>China National Machinery Industry (Sinomach), Sinopharm</i>	180	-	Saúde
2023	<i>China Railway Engineering</i>	180	-	Transporte
2023	<i>China Communications Construction</i>	120	-	Transporte

Fonte: elaboração própria com base em Scissors (2024).

Nesse cenário de investimentos, é preciso chamar a atenção para os pesados investimentos da China Railway Engineering com a Sithe Global, com sede nos EUA, para o projeto Amaila Falls Hydro que previa a construção do projeto hidroelétrico e de uma linha de transmissão até Georgetown (STABROEK NEWS, 2012). Este projeto não foi consolidado, após relatos de corrupção e, segundo relatos da Sithe Global, em razão da negativa de financiamento por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e em decorrência da falta de apoio parlamentar, o que havia sido uma das exigências do banco (REUTERS, 2013). O projeto foi relançado em 2024 e contou com quatro empresas interessadas: o grupo brasileiro Rialma; a China International Water & Elec. Corp; a Lindsay CH4 Guyana Inc., com sede nos EUA; e a *joint venture* composta por OEC, GE Vernova and Worley (OIL NOW, 2024).

A China adota uma abordagem estatal integrada para alinhar os interesses do governo com os de suas multinacionais, refletindo uma interdependência estratégica entre o Estado e o setor corporativo. O governo chinês está intrinsecamente enredado com os interesses de suas principais empresas comerciais, garantindo que suas diretrizes econômicas e geopolíticas sejam incorporadas às estratégias empresariais. Desde os anos 1990, Pequim tem impulsionado a internacionalização de suas estatais petrolíferas, como a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China Petrochemical Corporation (Sinopec) e a CNOOC, com o objetivo de assegurar o suprimento energético necessário para sustentar seu acelerado crescimento econômico. Essa estratégia insere-se na política mais ampla de “China Going Global”, que visa não apenas expandir a presença chinesa em mercados estrangeiros, mas também fortalecer sua segurança energética e consolidar sua influência global por meio do controle de ativos estratégicos no setor de recursos naturais (GUO *et al.*, 2023).

Nos EUA, a relação entre o governo e as grandes empresas petrolíferas é marcada por uma interação complexa, na qual interesses econômicos e políticos frequentemente se entrelaçam. Esse entrelaçamento pode ser exemplificado pela nomeação, em 2017, de Rex Tillerson, CEO da ExxonMobil entre 2006 e 2016, como Secretário de Estado no primeiro governo de Donald Trump. Sua passagem pelo Departamento de Estado culminou em 2018 com a primeira visita de um Secretário de Estado dos EUA à Guiana em mais de 20 anos. Durante a visita, Tillerson manteve uma postura favorável ao fortalecimento dos laços econômicos e energéticos entre os EUA e a Guiana, com foco em assegurar o acesso às reservas de petróleo (RUBIN, 2017).

Em janeiro de 2018, no Fórum China-CELAC, a China convidou os países da ALC a participarem da Belt and Road Initiative (BRI) visando melhorar a conectividade e os investimentos. Incluía, inicialmente, África, Ásia e Europa e era considerada um esforço do país para consolidar sua influência e alterar o equilíbrio global de poder, visando restaurar uma posição histórica de centralidade econômica, política e cultural (ABRÃO, 2023). Nesse mesmo ano, a Guiana e a China assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) sobre a cooperação no âmbito do BRI (GUYANA, 2018) tendo sido um dos primeiros países a aderirem à iniciativa.

Assim, constatar os elevados investimentos da CNOOC em sociedade com a gigante Exxon, no Bloco Stabroek, expostos no Quadro 1, é primordial para compreender o jogo geoeconômico de soma positiva que alia os interesses da China e de suas estatais. As Companhias Nacionais de Petróleo (NOCs) da China têm expandido sua atuação global por meio de parcerias estratégicas com empresas estrangeiras, alinhando-se à política de internacionalização do Estado chinês. A BRI é o principal eixo desse projeto, e as NOCs desempenham um papel fundamental na garantia da segurança energética do país. Para viabilizar suas operações internacionais, essas empresas contam com o suporte de bancos estatais e instituições financeiras estratégicas (GUO *et al.*, 2023).

No Ocidente, as NOCs enfrentam desafios geopolíticos por serem vistas como extensões do Estado chinês. Para contornar essas barreiras, adotaram um modelo híbrido que combina empreendedorismo e busca por lucro com um apoio governamental seletivo. Inicialmente impulsionadas por uma estratégia estatal, essas empresas passaram a operar de forma mais comercial, equilibrando a maximização de lucros com a segurança energética da China (GUO *et al.*, 2023).

Desde 2005, o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) e o Export-Import Bank of China (Eximbank) forneceram financiamentos para governos e empresas estatais da região que ultrapassam o número de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial (BM), BID e Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Além disso, diferentemente dos financiamentos do BM, o financiamento chinês conta com frágeis diretrizes ambientais e não possui condicionantes relacionadas a questões de governança. Esses financiamentos usualmente se referem à contrapartida de compra de produtos de empresas chinesas (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2013).

Quanto às frágeis diretrizes ambientais e de boa governança, segundo Ellis (2021), na Guiana, ou em outras partes da América Latina, os EUA não tenderão a impedir a realização de negócios com a RPC, mas insistirão na transparência e na competência das instituições para tomar decisões, inclusive na concessão de contratos e aplicação de leis ambientais. Conforme o autor, alternativas às fontes ocidentais de investimento são desejáveis, na medida em que a Guiana está se beneficiando de um boom econômico alimentado pelo petróleo.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) chinesa é subordinada às relações de investimentos e comércio do país de maneira institucional, política e operacional, com uma clara relação entre comércio e investimento, de um lado, e CID, de outro, pois os órgãos que atuam nessa temática são os mesmos como o EX-IM Bank e as estatais chinesas (SOUZA, 2014).

A China rejeita a compreensão do Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE) de não incluir na CID relações econômicas geradoras de benefícios mútuos e de impor condicionalidades de boa governança. Na definição da CAD da OCDE, Official Development Assistance (ODA)

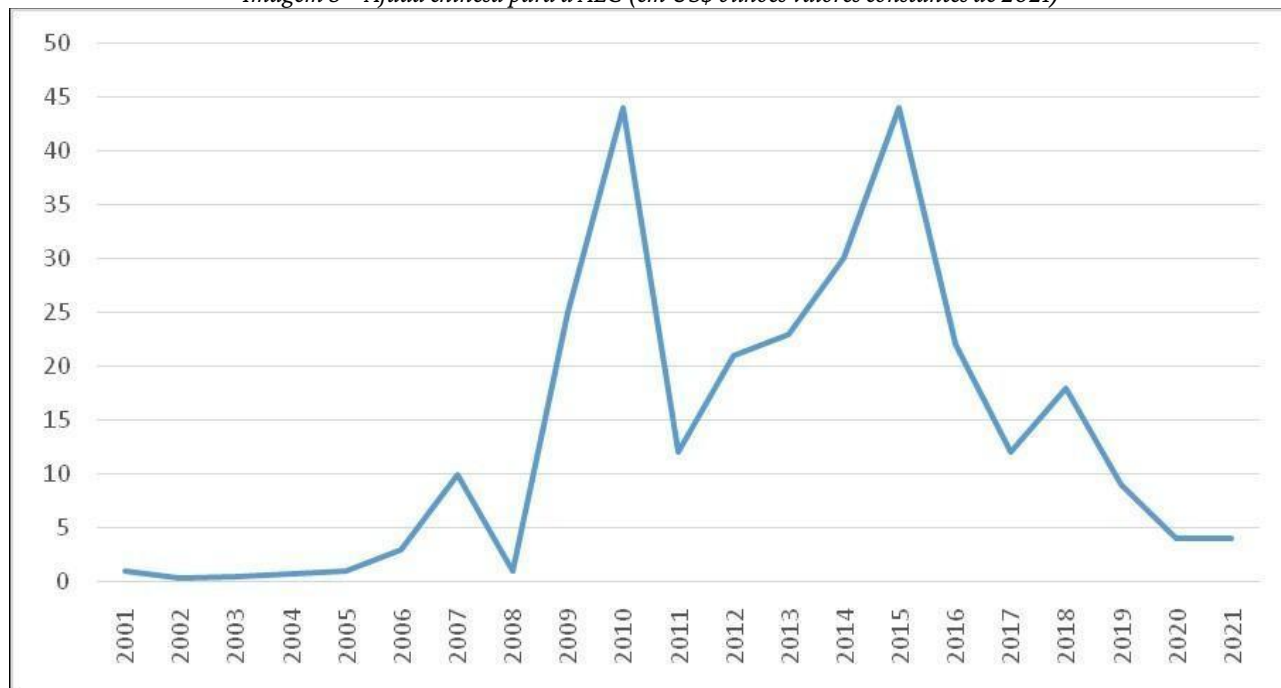
constitui-se de fluxos financeiros remetidos aos países e territórios da lista de beneficiários do CAD da OCDE e às instituições multilaterais de desenvolvimento, desde que sejam oficiais, destinados à promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar das sociedades de países em desenvolvimento, e concedidos a fundo perdido em pelo menos 25% do total enviado (MILANI, 2014).

Segundo Chen (2021) o desenvolvimento das relações sino-latino-americanas tem sido impulsionado tanto por interesses materiais quanto por valores compartilhados, especialmente a busca por autonomia em relação a potências estrangeiras. Esse princípio remonta ao “Espírito de Bandung”, originado na Conferência de 1955, que enfatizou a Cooperação Sul-Sul e incorporou os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica da China. Desde então, Pequim tem enquadrado suas relações com a América Latina e o Sul Global nessa perspectiva, evocando um passado comum de resistência ao colonialismo e ao imperialismo. No entanto, desde o final dos anos 1970, o significado desse espírito evoluiu: antes voltado à contestação do sistema internacional dominado por potências hegemônicas, hoje reflete um compromisso com o crescimento conjunto dentro desse mesmo sistema.

Essa postura pragmática se reflete na estratégia chinesa mais ampla para a América Latina, que prioriza a promoção da Cooperação Sul-Sul e a criação de um ambiente internacional estável e favorável ao próprio crescimento da China, sem intenção explícita de contestar a influência dos EUA na região (JIANG, 2006; HARRIS, 2015). Em vez de adotar uma abordagem confrontacionista, Pequim prefere agir de forma discreta e não desafiadora, mesmo em países como o Brasil, que possuem maior volume de comércio e investimentos chineses e compartilham o interesse por uma governança global multipolar (LIANG, 2019).

O banco de dados de “ajuda chinesa” do College William and Mary fornece informações que esclarecem algumas questões. De acordo o banco de dados, projetos de desenvolvimento podem ser entendidos tanto como ODA, altamente concessionais, quanto de Other Official Flows (OOF), financiados oficialmente e que não tem intenção de desenvolvimento ou são fornecidos com taxas de juros mais altas e elementos de subsídios mais baixos (AIDDATA, 2024).

A ajuda chinesa que é apresentada na base de dados como ODA, destinada aos países da ALC, entre 2000 e 2021, chegou a 10 bilhões de dólares. Entretanto, esse valor pode ser muito maior, pois há doações de equipamentos que não estão monetizadas na base de dados. Já a OOF chegou, no mesmo período, a 264 bilhões de dólares. Além dessas duas categorias, o banco de dados apresenta que foram destinados 12 bilhões à região que são tipificados como “vago”, ou seja, não foi possível tipificá-los como ODA e tampouco como OOF. Dentre os principais setores que receberam recursos, em todas as categorias, estão a indústria/mineração/construção e energia. A trajetória do montante destinado à região considerando ODA, OOF e “vago” pode ser visualizada na Imagem 5.

Imagem 5 – Ajuda chinesa para a ALC (em US\$ bilhões valores constantes de 2021)

Fonte: elaboração própria com base em AidData (2024).

Nesse contexto, a Guiana recebeu, entre 2002 e 2021, 969,7 milhões de dólares (valores constantes, 2021) em ajuda chinesa. Desse total, 596 milhões são tipificados como ODA e 374 milhões como OOF (AIDDATA, 2024). Assim como na ALC, os principais setores que receberam recursos na Guiana foram o de indústria/mineração/construção, transportes e energia.

Os dados não evidenciam as chamadas ajudas não monetizadas como o estabelecimento do Instituto Confúcio (IC) em Georgetown, em 2014, na Universidade da Guiana (UNIVERSITY OF GUYANA, 2024). Ellis (2013) argumenta que os IC evidenciam um ímpeto de aprofundamento das relações da China com seus parceiros, uma vez que eles visam expandir a compreensão acerca do país em diversas partes do mundo. Segundo Ellis (2013, p. 39, tradução nossa) “as trocas culturais são uma parte destacada das interações da China com a América Latina, em consonância com o caráter ‘não ameaçador’ que Pequim deseja enfatizar nessas relações”.

A China realizou uma ofensiva diplomática em direção à ALC. Esse avanço político se situou, inicialmente, no âmbito da competição entre o gigante asiático e Taiwan. De acordo com Yu (2015, p. 1064, tradução nossa): “A América Latina é uma importante arena de competição diplomática entre China e Taiwan. [...] Com a ascensão acelerada da China no novo século, um número crescente de países, motivados por considerações políticas e econômicas, rompeu suas relações oficiais com Taiwan e as transferiu para a China.”.

Em fevereiro de 2021 a Guiana anunciou a sua adesão à “one China policy”, após um incidente que durou 24 horas no qual a Embaixada dos EUA na Guiana e o Secretário Adjunto do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental informaram que Taiwan abriria um escritório em Georgetown, capital da Guiana. Após romper o acordo com Taiwan, a Guiana recebeu 20.000 doses da vacina para COVID-19 da chinesa Sinopharm e reafirmou seu compromisso com a BRI (CHEONG, 2021).

A intensificação da presença chinesa em instâncias do sistema interamericano foi administrada, pelos EUA, no âmbito da política “responsible stakeholder” que, além de utilizar a influência chinesa para atrair países como Coreia do Norte e Irã para o sistema normativo internacional, tinha por estratégia atuar com cautela para buscar neutralizar sua presença no Ocidente (ERIKSON, 2008). Entretanto, essa política, que era uma continuidade da desempenhada por Bush,

foi alterada para a estratégia “pivô para a Ásia” (WANG, 2015), a partir de 2010. A venda de armas para Taiwan e a aceitação do presidente Obama para se reunir com Dalai Lama deram os indícios iniciais dessa estratégia (WANG, 2015). Não obstante, é a partir de 2011 que a estratégia se consolida.

Ante às pressões estadunidenses, no âmbito da política “pivô para Ásia”, e no contexto de desaceleração do crescimento econômico chinês, em razão da fraca demanda por seus produtos de consumo e do protecionismo comercial no mundo, a China reforçou o papel da ALC em sua política estratégica (YU, 2015). Apesar dessas dissonâncias em relação à qualidade das relações EUA e China no Hemisfério Ocidental, a literatura tem se distanciado de uma hegemonia do pensamento propalado pelos EUA da “ameaça chinesa ao Ocidente” (BRESLIN, 2013).

Embora a crescente presença da China na América Latina seja frequentemente vista como um desafio aos EUA, alguns estudos indicam que os dois países compartilham mais interesses convergentes do que conflitos na região, tornando-a um espaço potencial de cooperação. Um exemplo disso é a relação sino-cubana, que não representa uma ameaça direta a Washington, mas sim uma oportunidade de cooperação trilateral, já que tanto China quanto EUA apoiam a abertura econômica em Cuba, e a presença chinesa pode contribuir para esse processo (MAO *et al.*, 2015).

Além disso, embora os laços econômicos sino-latino-americanos tenham se aprofundado, isso não tem resultado em um alinhamento político significativo. Estudos sobre os padrões de votação dos países da região na ONU mostram que, apesar da convergência em questões econômicas, não há uma aproximação substancial em temas de segurança e direitos humanos (WANG, 2015). Essa dinâmica sugere que a China, longe de buscar alterar a ordem regional de maneira abrupta, adota uma estratégia de inserção econômica que, em muitos aspectos, dialoga com a própria agenda liberal promovida pelos EUA na América Latina (LEGLER *et al.*, 2020).

Assim sendo, a aproximação da China com a ALC se iniciou em relação a temas econômicos e se desdobrou para questões estratégicas. O interesse da China em participar de diversos fóruns e em intensificar suas relações com a África e a ALC reflete um objetivo estratégico mais amplo de expandir sua influência global. No entanto, o avanço dessa presença tem ocorrido de forma cautelosa, especialmente no campo da diplomacia militar. Na ALC, a presença militar chinesa, medida por indicadores como exercícios conjuntos, interações de altos escalões militares e paradas em portos navais (MANKIKAR, 2024), permanece relativamente limitada em comparação com outras regiões. Entre 2002 e 2021, o número desses eventos na Ásia foi de 1.104, enquanto na Europa foi de 606 e nas Américas apenas 386, evidenciando que, embora a China esteja interessada em aumentar sua influência, a região ainda ocupa uma posição secundária nas prioridades de sua diplomacia militar.

Além das interações da diplomacia militar que envolvem aspectos relacionados à defesa nacional, a China tem, desde 2019, a partir do Plano China-CELAC (2019-2021) incluídos aspectos de cooperação em segurança pública, como o combate ao crime organizado, sobretudo nos fluxos transpacífico. Nesse contexto, recentemente merece destaque uma doação de veículos e equipamentos da China, em 2017, para a Guyana Defence Force (GDF) e de US\$2,6 milhões em veículos para a Força Policial da Guiana (ELLIS, 2021).

Apesar dessa aproximação que vincula segurança, defesa e cooperação econômica, quando se trata de um país cujos interesses de estatais chinesas estão em jogo, as relações têm escalado, necessariamente, para combinar interesses, inclusive, com países tidos como rivais como os EUA. À vista disso, segundo Graaff, Brink e Parmar (2020) o desejo chinês de assumir o protagonismo na economia política global deve ser levado a sério, no entanto o objetivo de suplantar a liderança dos EUA deve ser interpretado com cautela e circunscrito a condições estruturais e sociais domésticas e internacionais. A suposta “ameaça” que a China representa para a ordem liberal e suas instituições, normas e principais protagonistas não deve ser exagerada.

Considerações finais

Este artigo analisou como se configuram os interesses geoeconômicos da China na Guiana após a descoberta de petróleo na região de Essequibo, demonstrando que, longe de se tratar de um jogo de soma zero, a competição geoeconômica na Guiana envolve uma combinação de concorrência e cooperação. Nesse contexto, interesses chineses e estadunidenses coexistem por meio da participação de suas empresas petrolíferas no setor energético guianense.

Observa-se uma interdependência entre o Estado chinês e suas multinacionais, evidenciada pela política de internacionalização das estatais petrolíferas no âmbito da estratégia China Going Global. De forma semelhante, há uma interação entre o governo dos EUA e suas grandes empresas petrolíferas. O contexto pós-2015, marcado pelas descobertas petrolíferas, inaugurou uma nova fase para a política econômica da Guiana, na qual as disputas fronteiriças com a Venezuela adicionam uma dimensão geopolítica às dinâmicas econômicas.

A presença da China, por meio de investimentos estratégicos, exemplifica sua abordagem pragmática na região. Um exemplo disso é a participação da CNOOC em uma *joint venture* com a ExxonMobil e a Hess Corp para operar conjuntamente no Bloco Stabroek, uma área de extração de petróleo *offshore* situada nas águas continentais da região de Essequibo. Esse cenário sugere um possível compartilhamento de interesses, inserindo-se em uma lógica de interdependência econômica, e não de antagonismo direto com os EUA. O setor petrolífero da Guiana, contudo, permanece altamente sensível e vulnerável a instabilidades geopolíticas, como a disputa fronteiriça entre a Guiana e a Venezuela, que continua sendo uma fonte de tensão regional.

Para garantir sua presença e proteger seus interesses na área, a China tem adotado uma gama de instrumentos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), visando fortalecer sua influência e assegurar o cumprimento de seus objetivos econômicos e estratégicos. As tendências atuais, especialmente no contexto pós-pandemia da COVID-19, indicam que a China buscará ampliar suas relações econômicas e comerciais com a América Latina e Caribe, o que provavelmente resultará em uma maior vinculação político-estratégica, voltada à proteção dos interesses das estatais chinesas e das rotas comerciais.

O histórico da presença chinesa na região e, especificamente, na Guiana onde há uma simbiose entre empresas transnacionais ocidentais e chinesas, tende a demonstrar que as disputas geoeconômicas caminham para uma geoeconomia *soft* na qual há jogos de soma zero, mas, especialmente, de soma positiva representados, por exemplo, pelo não alinhamento imediato de Pequim e Washington a Caracas e Georgetown, no caso da disputa por Essequibo, respectivamente.

Referências

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS):** objetivos e interesses do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.
- AIDDATA. **Global Chinese Development Finance, Version 3.0.** 2024. Disponível em: <https://china.aiddata.org/> Acesso em: 24 jul. 2024.
- ALBRIGHT, Zara C.; RAY, Rebecca; LIU, Nathan. China-Latin America and the Caribbean Economic Bulletin, 2023 Edition. **Global Development Policy Center.** 2023. Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/files/2023/04/GCI-CH-LAC-Bulletin_2023-FIN.pdf Acesso em: 24 jul. 2024.
- ABRÃO, Rafael Almeida F. A Belt and Road Initiative and China-Latin America Relations. **Mural Internacional**, v. 14, e74301, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rmi.2023.74301>.
- BERG, Ryan C. **China in Latin America and the Caribbean.** Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep37529.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- BRESLIN, Shaun. China and the global order: Signalling threat or friendship?. **International Affairs** v. 89, n. 3, 615–634, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12036>.
- BUZAN, Barry; LAWSON, George. Capitalism and the Emergent World Order. **International Affairs** v. 90, n. 1, p. 71-91, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12096>.

CHAVES, Caroline Brito; NASCIMENTO, Gabriel; BATISTA, Luiz; FURTADO, João. Uma análise da política externa da Guiana sob a perspectiva das disputas fronteiriças. **Revista Florestan Fernandes**, ano 3, n. 1, 129-150, 2016. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/168/110>Acesso em: 24 jul. 2024.

CHEN, Chien-Kai. China in Latin America Then and Now: A Systemic Constructivist Analysis of China's Foreign Policy. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 50, n. 2, p. 111-136, 2021. <https://doi.org/10.1177/18681026211034880>

CHEONG, Brandon Francis. A Contemporary Assessment of Sino-Guyanese Relations in the Belt and Road Era. **Potentia: Journal of International and Public Affairs**, v. 12, 10-36, 2021. <http://dx.doi.org/10.18192/potentia.v12i0.5943>

DESIDARÁ NETO, Walter Antônio. A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 12, p. 11-25, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.26359>.

ELE, Kai; FENG, Huiyun. Navegando na transição da ordem internacional no Indo Pacífico. **The Pacific Review**, v. 36, n. 2, p. 227-233, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512748.2022.2160798>.

ELLIS, Evan. The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin America. **Washington: Perry Paper Series**, n. 1, 2013. Disponível em: <https://wjpcenter.org/wp-content/uploads/2023/09/The-Strategic-Dimension-of-Chinese-Engagement-with-Latin-America.pdf> Acesso em: 24 jul. 2024.

ELLIS, Evan. Envolvimento chinês na Guiana: uma atualização. **Diálogo Americas**, 07 de dezembro, 2021. Disponível em: <https://diálogo-americas.com/pt-br/articles/envolvimento-chines-na-guiana-uma-atualizacao/>Acesso em: 24 jul. 2024.

ELLIS, R. Evan; LAZARUS, Leland; PICCONE, Ted; WIRTSCHAFTER, Valerie. How are the United States and China intersecting in Latin America? **Brookings Institution**, 2024. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/how-are-the-united-states-and-china-intersecting-in-latin-america/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ERIKSON, Daniel P. Requiem for the Monroe Doctrine. **Current History**, v. 107, n. 706, p. 58-64, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/curh.2008.107.706.58>.

EXXONMOBIL. **Guyana project overview**. ExxonMobil. 2024. Disponível em: <https://corporate.exxonmobil.com/locations/guyana/guyana-project-overview#DiscoveriesintheStabroekBlock>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FIORI, José L. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, n. 2, p. 157-183, 2009.

FIORI, José L. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova**, n. 50, p. 207-235, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200011>.

FIORI, José L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Editora Vozes Petrópolis, 1997.

FMI. **World Economic Outlook** (April). 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GALLAGHER, Kevin P. **The China Triangle: Latin America's China Boom and the Fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.

GALLAGHER, Kevin P.; IRWIN, Amos; KOLESKI, Katherine. Os Novos Bancos em Cena: Financiamentos chineses na América Latina. **Informe Inter-American Dialogue**. 2013. Disponível em: https://www.bu.edu/pardee/files/2013/07/The-New-Banks-in-Town_Portuguese.pdf Acesso em: 24 jul. 2024.

GLOBAL EDGE. Guyana: Risk Assessment. **Global Edge**. 2022. Disponível em: <https://globaledge.msu.edu/countries/guyana/risk>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GRAAFF, Nana de; BRINK, Tobias tem; PARMAR, Inderjeet. China's rise in a liberal world order in transition – introduction to the FORUM. **Review of International Political Economy**, v. 27, n. 2, 191-207, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1709880>

GUO, Yue; POON, Jessie; WANG, Chang; YANG, Yu. China's national oil companies going global and coming home: State-firm nexus, global financial networks, and geopolitical risks. **Geoforum**, v. 146, 2023, p. 103880. ISSN 0016-7185. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2023.103880>. Acesso em: 13 fev. 2025.

GUYANA. Guyana signs onto China's 'Road and Belt' initiative-Public infrastructure to be major focus. **Office of Presidente, Guyana**. 2018. Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2018/07/27/guyana-signs-onto-china-s-road-and-belt-initiative-public-infrastructure-to-be-major-focus/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

KUPCHAN, Charles. **No One's World: The West, the Rising, and the Coming Global Turn**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HARRIS, Richard L. Understanding China's relations with the Latin American and Caribbean countries research. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 6, p. 27-41, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X15596725>.

JIANG, Shixue. Recent development of Sino-Latin American relations and its implications. **Estudios Internacionales**, v. 38, n. 152, p. 19-41, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0719-3769.2006.14364>.

LEÓN, Zorayda. CNE anuncia abrumadora victoria del Sí con participación superior a 10 millones. **Asamblea Nacional de La República Bolivariana de Venezuela**, 4 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/cne-anuncia-abrumadora-victoria-del-si-con-participacion-superior-a-10-millones>. Acesso em: 24 jul. 2024.

LEGLER, Thomas; TURZI, Mariano; TZILI-APANGO, Eduardo. Advancing autonomy? Chinese influence on regional governance in Latin America. In: BERNAL-MEZA, Raúl; XING, Li (org.). **China-Latin America Relations in the 21st Century: The Dual Complexities of Opportunities and Challenges**. Cham: Palgrave Macmillan, p. 27-53, 2020.

LIANG, Wei. Pulling the region into its orbit? China's economic statecraft in Latin America. **Journal of Chinese Political Science**, v. 24, n. 3, p. 433-449, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11366-018-09603-w>.

LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/10313/3/2011-ErickCavalcantiLinharesLima.pdf>.

MACDONALD, Scott B. **The New Cold War, China, and the Caribbean: Economic Statecraft, China and Strategic Realignment**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022. E-book. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-031-06149-3>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MANKIKAR, Kalpit A. The Global Security Initiative: China Buttresses its Defence Diplomacy. **Issue Brief** n. 715, jun. 2024. Disponível em: <https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20240617205100.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MAO, Xianglin; HEARN, Adrian H.; LIU, Weiguang. China and Cuba: 160 years and looking ahead. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 6, p. 140-152, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X15594395>.

MILANI, Carlos. Instituições bilaterais dos países do comitê de assistência ao desenvolvimento. In: SOUZA, André de Mello e. (Org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Foreign Ministry Spokesperson Wang Wenbin's Regular Press Conference on December 6, 2023. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**. 2023. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/202312/t20231206_11195880.html#:~:text=Wang%20Wenbin%3A%20Venezuela%20and%20Guyana,their%20boundary%20through%20friendly%20consultation. Acesso em: 24 jul. 2024.

OIL NOW. Gas-to-Energy contractor, Australian firm among four vying to develop Amaila hydropower for Guyana. **Oil Now**. 2024. Disponível em: <https://oilnow.gy/featured/gas-to-energy-contractor-australian-firm-among-four-vying-to-develop-amaila-hydropower-for-guyana/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PADULA, Raphael; CECÍLIO, Matheus de Freitas; OLIVEIRA, Igor Candido de; PRADO, Caio Jorge. Guyana: Oil, Internal Disputes, the USA and Venezuela. **Contexto Internacional**, v. 45, n. 1, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.20234501e20210031>.

REUTERS. U.S. power developer pulls out of \$858 million Guyana project. **Reuters**. 2013. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/markets/us/us-power-developer-pulls-out-of-858-mln-guyana-project-idUSL2N0GD0VZ/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ROCHA, Regivaldo Sena; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Perspectivas das Relações Exteriores dos territórios das Guianas à luz das Teorias Geopolíticas Contemporâneas. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 7, n. 1, p. 24-42, 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/145>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RUBIN, Alissa. Rex Tillerson got burned in Venezuela. Then he got revenge. **Washington Post**, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/01/16/rex-tillerson-got-burned-in-venezuela-then-he-got-revenge/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SCISSORS, Derek. **China Global Investment Tracker. Chinese Investments & Construction in Guyana (2009-2023)**. The American Enterprise Institute, 2024. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SONG, Yanke. Decoupling between China and Latin America? The Competition and Containment of the US against China in the Energy Field in Latin America under the Sino-US Game. **International Journal of Social Sciences and Public Administration**, U.K., v. 5, n. 2, p. 27-44, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.62051/ijsspa.v5n2.05>.

SOUZA, André de Melo e (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf.

Stabroek News. Amaila hydro-project construction agreement signed in China. **Stabroek News**. 2012. Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2012/09/12/news/guyana/amaila-hyro-project-construction-agreement-signed-in-china/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

THE MILITARY BALANCE. Chapter Seven: Latin America and the Caribbean: Regional trends in 2023 396; Regional defence policy and economics 398; Arms procurements and deliveries 407; Armed forces data section 408. (2024). **The Military Balance**, v. 124, n. 1, 396–457, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/04597222.2024.2298595>.

THE STATE COUNCIL. **China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. The State Council, China. 2008. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm Acesso em: 24 jul. 2024.

TOMA-GARCÍA, R. S. China, Guyana y la confluencia de intereses estratégicos sobre la Guayana Esequiba reclamada por Venezuela. **InterAção**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. e86279, 2024. DOI: 10.5902/2357797586279. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/86279>. Acesso em: 13 fev. 2025.

TRADE MAP. **Trade statistics for international business development**. 2024. Disponível em: https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=%7c076%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c1%7c2%7c1%7c%7c1. Acesso em: 24 jul. 2024.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Secretary Blinken’s Call with Guyanese President Ali**. U.S. Department of State, USA. 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-blinkens-call-with-guyanese-president-ali/>.

UNIVERSITY OF GUYANA. **About Confucius Institute at University of Guyana (CIUG)**. Confucius Institute at University of Guyana. 2024. Disponível e: <https://ciug.uog.edu.gy/about-ciug>. Acesso em: 24 jul. 2024.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, v. 1, n. 1, 27-40, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.16168>.

WANG, Chi. **Obama’s Challenge to China: The Pivot to Asia**. Abingdon-on- Thames: Routledge, 2015.

WANG, Hongying. The missing link in Sino–Latin American relations. **Journal of Contemporary China**, v. 24, n. 95, p. 922–942, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2015.1013380>.

YU, Lei. China’s strategic partnership with Latin America: a fulcrum in China’s rise. **International Affairs**, v. 91, n. 5, p. 1047–1068, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12397>.

Funções de colaboração exercidas	
Wanderley dos Reis Nascimento Júnior:	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Patrícia de Oliveira Matos:	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Raísa Barbosa Dias:	Escrita (primeira redação);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)